

**Rectificação n.º 1079/2006**

Tendo-se verificado a existência de um erro na publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 20 de Junho de 2006, do anexo ao despacho n.º 12 811/2006, rectifica-se que, na col. «Curso objecto de adequação» referente ao ciclo de estudos denominado «Gestão», onde se lê «Gestão, ramos: Finanças, Empresariais; Marketing; Sistemas de Informação» deve ler-se «Gestão, ramos: Finanças Empresariais; Marketing; Sistemas de Informação».

23 de Junho de 2006. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

**Rectificação n.º 1080/2006**

Tendo-se verificado a existência de um erro na publicação do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 20 de Junho de 2006, do anexo ao despacho n.º 12 805/2006, rectifica-se que onde se lê «Escola Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa» e «Escola Superior de Engenharia de Lisboa» deve ler-se, respectivamente, «Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa» e «Instituto Superior de Engenharia de Lisboa».

23 de Junho de 2006. — O Director-Geral, *António Morão Dias*.

### Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior

**Despacho (extracto) n.º 14 438/2006**

Por despacho de 22 de Junho de 2006 da directora do Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior, Rosa da Silva Pinto Silva, técnica superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal do ex-ICCTI, foi nomeada, precedendo concurso, assessora do mesmo quadro, escalão 1, índice 610. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Junho de 2006. — A Directora, *Virgínia Corrêa*.

### Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P.

**Despacho (extracto) n.º 14 439/2006**

Por despachos de 8 e de 21 de Junho de 2006 do presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P., e do director do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo foi a Ana Isabel Silva Canas da Cunha Delgado Martins, técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, autorizada a prorrogação da sua requisição, pelo período de um ano, para o Instituto de Investigação Científica Tropical, I. P., com efeitos desde 22 de Junho de 2006.

26 de Junho de 2006. — O Vice-Presidente, *António José Lopes de Melo*.

## MINISTÉRIO DA CULTURA

### Gabinete da Ministra

**Despacho n.º 14 440/2006**

1 — Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de Março, e ao abrigo do disposto no artigo 18.º e nos n.ºs 3 a 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e tendo em conta que o currículo académico e profissional publicado em anexo evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessários ao cargo em que é investido, designadamente nas áreas de sistemas de informação e desenvolvimento organizacional, nomeio o Doutor José Carlos Baptista do Nascimento e Silva para exercer, em comissão de serviço, o cargo de subdirector do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2006.

8 de Junho de 2006. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

**Síntese curricular****José Carlos Baptista do Nascimento e Silva**

Licenciou-se em Engenharia Electrotécnica (Sistemas Digitais e Computadores) pela Faculdade de Engenharia, Universidade do

Porto, em 1982. Em 1995, obteve o grau de mestre em Informática de Gestão pela Universidade Católica Portuguesa e, em 2003, doutorou-se em Tecnologias e Sistemas de Informação, na Universidade do Minho, tendo sido tema da sua tese «A virtualização da gestão de sistemas de informação: impactos na sua organização e nos seus recursos humanos».

Actualmente é professor auxiliar no Departamento de Sistemas de Informação da Universidade do Minho, onde exerce funções de docência e investigação desde 1998.

A nível profissional focou a sua actividade na gestão de sistemas de informação, com ênfase em diversos aspectos das tecnologias da informação, do desenvolvimento de recursos humanos, nas relações organização-meio e nas temáticas da sociedade de informação. Ao longo da sua carreira profissional desempenhou diversas funções técnicas, comerciais e de gestão em empresas nacionais e multinacionais de referência, entre as quais se destacam:

Engenheiro de telecomunicações no Centro de Investigação e Desenvolvimento, da Portugal Telecom (CET de Aveiro, base da PT inovação) — 1982-1985;

Engenheiro sistemas no Banco Borges & Irmão — 1986-1989;

Engenheiro de sistemas e comunicações na SONAE Indústria — 1989 a 1990;

Especialista e consultor de sistemas de informação na Digital Equipment Corporation — 1990 a 1994;

Gestor comercial de contas na Oracle Corporation — 1994 a 1996;

Director comercial na TV Cabo Porto — 1996 a 1997;

Director técnico e de desenvolvimento/sócio da empresa ANO — Informática e Sistemas — 1997 a 1998;

Consultor no domínio dos sistemas de informação, recursos humanos, prestação de serviços e relações com fornecedores em múltiplas organizações e projectos.

A nível académico teve a sua primeira actividade como assistente convidado na Universidade Portucalense, em 1989. Ao longo da sua carreira profissional foi formador em diversos contextos, desde as áreas técnicas a áreas focadas no desenvolvimento pessoal e organizacional. Desde o final de 1998 integra o Departamento de Sistemas de Informação, na Universidade do Minho, sendo professor auxiliar desde 2003. Na Universidade do Minho (UM) tem leccionado diversas disciplinas de licenciatura e assegurado colaboração regular em diversas pós-graduações, entre as quais:

Mestrado de Sistemas da Informação da Universidade do Minho (Sociedade da Informação) desde 1999;

Mestrado de Contabilidade e Administração do IST — Leiria (sistemas de informação para contabilidade e gestão) em 2003-2004;

Master in Business Information (MBI) na Universidade Católica (Mercados e Negócios de TI/SI; Estratégia Empresarial, SI e Gestão da Mudança), desde 2002, em co-docência;

Master in Business Administration (MBA) da Escola de Gestão do Porto da Universidade do Porto (Sistemas de Informação), desde 2004;

Mestrado em Gestão de Informação nas Organizações da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Sistemas de Informação), em 2005-2006.

No domínio da investigação, publicou vários artigos em conferências nacionais e internacionais, focando-se actualmente nas questões da sociedade da informação e do desenvolvimento pessoal e organizacional, em especial nos aspectos associados ao uso das tecnologias de informação. Neste contexto, tem vindo a privilegiar as actividades que apresentam uma componente importante de ligação ao mercado e à sociedade.

### Instituto Português de Museus

**Aviso n.º 7621/2006**

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho de 2 de Junho de 2006 do director do IPM, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso de abertura no *Diário da República*, concurso interno de acesso misto para o preenchimento de dois lugares de técnico profissional principal da carreira técnico-profissional de museografia do quadro de pessoal do Museu Nacional de Etnologia, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 248/89, de 8 de Agosto.

1.1 — Conforme previsto na alínea c) do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, é fixada a quota de um lugar a ser preenchido por um funcionário pertencente ao quadro do Museu e de um lugar a ser preenchido por um funcionário de outro departamento da Administração Pública.

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades

entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

3 — Conteúdo funcional — o técnico profissional de museografia executa, sob orientação de um conservador ou técnico superior, trabalhos diversos nas áreas da conservação preventiva, inventariação, estudo, exposição e comunicação do património cultural.

4 — Local de trabalho — na Avenida da Ilha da Madeira, 1400-203 Lisboa.

5 — Prazo de validade — o concurso é válido até ao preenchimento dos lugares, esgotando-se com o seu preenchimento.

6 — Vencimento e regalias — o vencimento é o fixado nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Requisitos gerais — podem ser opositores ao presente concurso candidatos vinculados à função pública, desde que se encontrem nas condições previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.2 — Requisitos especiais:

Ser funcionário de qualquer serviço ou organismo da administração central;

Encontrar-se nas condições previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2001, de 15 de Fevereiro.

8 — Métodos de selecção:

Avaliação curricular;

Entrevista profissional de selecção.

Na avaliação curricular serão apreciados os seguintes factores:

- Habilitação académica de base;
- Experiência profissional.
- Formação profissional;
- Avaliação do desempenho.

A entrevista profissional de selecção visa determinar e avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, sendo apreciados os seguintes factores:

- Capacidade de expressão e fluência verbais;
- Motivação e interesse;
- Capacidade de adaptação profissional;
- Interesse pela valorização e actualização profissionais.

8.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

Em caso de igualdade de classificação, a ordenação dos candidatos resultará da aplicação dos critérios de preferência constantes dos n.ºs 1 e 3 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — Candidaturas:

9.1 — Forma — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento de acordo com o Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de Abril

(folhas de papel normalizado, branco ou de cores pálidas, de formato A4 ou em papel contínuo), dirigido ao director do Instituto Português de Museus, Palácio Nacional da Ajuda, 1300 Lisboa, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio em carta registada com aviso de recepção, dele devendo constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, morada e número de telefone);
- Habilitações literárias;
- Referência ao concurso a que se candidata;
- Experiência profissional, tratando-se de candidatos vinculados, menção expressa da categoria que o candidato detém, serviço a que pertence, natureza do vínculo e tempo de serviço na categoria, na carreira e função pública.

9.2 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- Curriculum vitae detalhado, datado e assinado;
- Documento comprovativo das habilitações literárias;
- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Declaração autenticada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem a categoria, a carreira e o vínculo, bem como o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública, o escalão detido e a especificação pormenorizada das tarefas que lhe estiverem cometidas no mesmo período, bem como as classificações de serviço relevantes para efeitos do presente concurso, na sua menção quantitativa e qualitativa.

9.3 — A não instrução do processo de candidatura nos termos dos n.ºs 9.1 e 9.2 do aviso de abertura determina a exclusão do concurso.

10 — Os candidatos pertencentes ao Museu Nacional de Etnologia ficam dispensados da apresentação dos documentos que já constarem dos respectivos processos individuais, nos termos do n.º 5 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

12 — As falsas declarações são puníveis nos termos da lei.

13 — O local de afixação da relação de candidatos e da lista de classificação final será no Museu Nacional de Etnologia e no Instituto Português de Museus.

14 — Constituição do júri:

Presidente — Prof. Doutor Joaquim Maria Pais de Brito, director, substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.  
Vogais efectivos:

Licenciado Paulo Jorge Ferreira da Costa, director de serviços.

Licenciada Ana Isabel Bernardo da Silva Botas, técnica superior de 2.ª classe.

Vogais suplentes:

Licenciada Cármen Maria Loureiro Rosa, técnica superior de 2.ª classe.

Maria Cacilda Cruz Setas, chefe de secção.

16 de Junho de 2006. — A Directora dos Serviços Administrativos, *Adília Crespo*.



## PARTE D

### CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

#### Deliberação n.º 974/2006

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 26 de Junho de 2006:

Dr. Jorge Lino Ribeiro Alves de Sousa, juiz desembargador, a exercer funções no Tribunal Central Administrativo Sul, foi nomeado, em comissão permanente de serviço, juiz conselheiro da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo.

Dr. António Francisco de Almeida Calhau, juiz desembargador, a exercer funções no Tribunal Central Administrativo Sul, foi nomeado, em comissão permanente de serviço, juiz conselheiro da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo.

(Prazo para a posse: cinco dias.)

(Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Junho de 2006. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *Manuel Fernando dos Santos Serra*.